

Aborto, idéia fora de questão

Mesmo sem contar, decisi-
tivamente, com a esmagadora
maioria de votos femininos
do Distrito Federal, as candidatas
apresentam plataformas específicas
quanto aos direitos que querem ver
assegurados na futura Constituição.
Independente de coloração ideológica
e siglário partidário, elas pretendem
essencialmente a mesma coisa:
exorcizar, na forma da lei, o fantasma
do machismo no lar, no trabalho,
na escola ou no campo.

Há um porém sobre o qual
é melhor falar. Nenhuma das
mulheres ouvidas pelo **CORREIO**
(cinco, ao todo, num universo de 15
candidatas) inclui no rol de suas
propostas a controvertida questão
de se legalizar ou não a prática do
aborto. Maria Laura, do PT, foi a
única a tocar no assunto, mas mesmo
assim esclareceu que sua pretensão é a
“discriminação”. A medida é
semelhante à do candidato do PT
ao governo do Rio, Fernando Gabeira,
quanto à maconha. Bem mineira,
ainda que contrversa.

A questão do trabalho da
mulher é vista pela candidata do
PFL, Eurides Brito, como a principal:
“É inaceitável a discriminação que a
sociedade ainda impõe ao segmento
feminino. O caso brasileiro é ainda
pior porque as coisas são camufladas.
Há três anos, umação que amiga
minha foi indicada, em lista sêxtupla,
para reitora de uma universidade
federal. Na hora da escolha, um político
lembrou ao presidente da República
que aquele cargo era pra macho,
e muito macho”.

“Como mulher, ao começar
minha carreira, fui despedida de
uma escola em Belém quando fiquei
grávida de meu primeiro filho. Isso
foi em 1962. Eu era considerada
uma boa professora, mas a direção
me disse que mulher dava muito
trabalho. Um ano depois eles se
arrependeram e me chamaram de volta.
Voltei principalmente para contar essa

história às outras professoras”.

A professora identifica, ainda,
outro tipo de discriminação, “da
mulher contra o homem”. Segundo
Eurides, “alguns movimentos que
objetivam a valorização da mulher
à custa da desvalorização do homem.
Pertencem a um grupo evangélico
que quer cumprir a expressão de Deus
ao criar o homem. Não é bom que
ele esteja sozinho. Acho que isso se
aplica à política, também”.

Márcia Kubitschek disse que vai
atacar, na Constituição, o problema
que considera principal na questão
da mulher, a das creches. Sua
opinião é de que a mulher só poderá
ocupar, integralmente, seu espaço na
sociedade quando resolver seu
problema da criação dos filhos.

Márcia vai propor sugestões
para a construção de creches em
todo o País, mantidas pela previdência
social, para que se crie, no Brasil,
“um sistema semelhante ao dos
países socializantes, não comunistas,
onde a mulher pode trabalhar porque
o Estado garante apoio à criação
de seus filhos. Já estou estudando
como isso funciona em países como
a Suécia, a Noruega e

a Dinamarca”.

Maria de Lourdes Abadia
promete lutar pela igualdade de
oportunidades entre homens e
mulheres. Ela alega que 34 por cento
da renda bruta nacional é produzida
por mulheres, mas elas só participam
da geração de riquezas, nunca da
distribuição. A mão-de-obra rural
também é essencialmente feminina
e vou lutar também pela mulher do
campo”.

“A discriminação é tanta —
garante — que sempre que a gente
assume uma posição de destaque,
atribuem logo a algum pistolão”.
Maria de Lourdes já recebeu mais de
cem cartas pedindo para que se inclu-
a na nova Constituição o direito da dona-de-
casa à aposentadoria. “A mulher do
lar é uma grande trabalhadora. É a
primeira a se levantar e a última a
dormir. Se ela ficar parálitica, se o
marido morrer, o que é que ela vai
fazer?”

A candidata à Câmara pelo
PSB, Rose Mary Goes também vai
apresentar proposta semelhante,
“para que a mulher receba uma
aposentadoria após 25 anos de
serviço”. Também vai lutar pelo
horário de trabalho corrido para as
mães. Outra sugestão que fará é pela
cri-

minalização das empresas que não
cumprem o disposto na CLT que
determina a construção de creches
às empresas com mais de 30
empregadas.

Para Arlete Sampaio, o principal
problema é a discriminação da
mulher no mercado de trabalho,
que se traduz na preferência pela
mão-de-obra masculina e no trato
salarial diferente. Ela denuncia
também “o desrespeito à fisiologia
feminina, apesar do que é expresso
na CLT. “Também acho que deve
ser garantido o direito da mulher
de decidir sobre seu próprio corpo,
sobre a maternidade”.

Maria Laura também propõe
um tratamento de igualdade na
relação de trabalho e prevê, para
depois da Constituição, uma
alteração no Código Civil para que
a mulher também possa ser
considerada cabeça de casal. “Também
precisamos pensar na questão do
casamento. O que ocorre hoje é
que nem imposto de renda a
mulher pode declarar, atualmente,
como cabeça de casal. Outro ponto
que precisa ser melhor definido é o
da companheira. Só assim nós
venceremos as duas principais
discriminações, a histórica e a
determinada pelo modelo econômico”.



Maria Laura



Arlete



Elza Lugon